

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8018826-83.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: EDUARDO RAIMUNDO SANTANA e outros Advogado (s): IGOR DOS SANTOS DIAS IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ITACARÉ-BAHIA Advogado (s): ACORDÃO CONSTITUCIONAL, PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTE ACUSADO PELO CRIME TIPIFICADO NO ARTS. 33 E 35, DA LEI 11343/2006. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE OCORRIDA EM 18/03/2024. POSSE DE RELEVANTE QUANTIDADE DE MATERIAL ENTORPECENTE DE NATUREZA DIVERSA, DENTRE OS QUAIS: 40 PÉS DE MACONHA, 644 G DE MACONHA, UMA PEDRA DE 519 G DE CRACK, UMA BALANÇA DE PRECISÃO, UM ROLO DE PLÁSTICO FILME, MÁQUINA DE CARTÃO DE CRÉDITO E TRÊS TELEFONES CELULARES. ALEGAÇÃO DE INVASÃO DOMICILIAR. NÃO CONHECIMENTO. NECESSÁRIA A DILAÇÃO PROBATÓRIA. INVIABILIDADE NA VIA ESTREITA DO MANDAMUS. SUPOSTA ILEGALIDADE DA PRISÃO EM FLAGRANTE. ARGUIÇÃO DE DESNECESSIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA EM FUNÇÃO DA INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS, ALÉM DA ALEGAÇÃO DE DECISÃO GENÉRICA. INACOLHIDA. DECISÃO IDÔNEA, FUNDAMENTADA E SUCINTA. EXPOSTOS OS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA PREVENTIVA, MORMENTE COM ESCOPO DE GARANTIR À ORDEM PÚBLICA, ANTE A GRAVIDADE DA CONDUTA APURADA. TESE DE DESNECESSIDADE DA CUSTÓDIA PELAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. INSUFICIÊNCIA. PLEITO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO. NÃO ADMITIDA. CUSTÓDIA CAUTELAR NECESSÁRIA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, DIANTE DA GRAVIDADE CONCRETA DO CRIME. MANDAMUS CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, ORDEM DENEGADA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº. 8018826-83.2024.8.05.0000, em que figuram como paciente EDUARDO RAIMUNDO SANTANA, como impetrante IGOR DOS SANTOS DIAS, e como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Itacaré/BA. ACORDAM os Desembargadores integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, EM CONHECER em parte do Habeas Corpus e, nesta extensão, DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto condutor. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Denegado Por Unanimidade Salvador, 19 de Setembro de 2024. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8018826-83.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: EDUARDO RAIMUNDO SANTANA e outros Advogado (s): IGOR DOS SANTOS DIAS IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ITACARÉ-BAHIA Advogado (s): RELATÓRIO Trata-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado pelo Causídico Igor dos Santos Dias, OAB/BA n. 66.426, em favor do Paciente Eduardo Raimundo Santana, preso preventivamente após uma Prisão em Flagrante convertida em prisão preventiva pela Magistrada da comarca de Itacaré/Bahia. O pedido foi fundamentado no Artigo 5º, inciso XLVIII da Constituição Federal, artigo 647 e seguintes do Código de Processo Penal e no Artigo 7º da Convenção Americana de Direitos Humanos. A defesa argumentou que a prisão do Paciente foi decretada sem uma fundamentação concreta, baseando-se apenas na gravidade genérica e abstrata do delito, sem mencionar os fatos delitivos específicos ou apresentar elementos probatórios que justificassem a custódia cautelar. Destacou-se, ainda, a violação do princípio da presunção de inocência e a importância de respeitar os direitos fundamentais do paciente, fundamentado-se no Artigo 5º, inciso XLVIII da Constituição Federal, artigo 647 e seguintes do Código de Processo Penal e no Artigo 7º da Convenção Americana de Direitos Humanos. De mais a mais, ressaltou que a prisão preventiva foi realizada de forma

ilegal, com o ingresso no domicílio do Paciente, por parte dos policiais militares sem a devida autorização comprovada, configurando um Constrangimento Ilegal. Pugna, por fim, pela concessão liminar da ordem, com a expedição do competente Alvará de Soltura, no mérito, a confirmação das medidas. Almejando instruir o pleito, foram colacionados documentos em Id. 59200051 e seguintes. Em análise perfunctória, entendendo não haver elementos justificadores para a concessão do pleito de liminar, esta foi indeferida (Id. 59349978). Solicitadas as informações judiciais de praxe, elas foram colacionadas nos autos através do Id.59695382. Manifestação da Procuradoria de Justiça, Id. 60619321, pela denegação da ordem. É o relatório. Des. Jefferson Alves de Assis Relator PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8018826-83.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: EDUARDO RAIMUNDO SANTANA e outros Advogado (s): IGOR DOS SANTOS DIAS IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ITACARÉ-BAHIA Advogado (s): VOTO Trata-se de impetração voltada à desconstituição da prisão preventiva decretada em ação criminal instaurada em desfavor do Paciente EDUARDO RAIMUNDO SANTANA acusado da prática de delito previsto no art. 33, II, c/c art. 35 da Lei 11.343/2006. Para tanto, expende a parte Impetrante os seguintes argumentos: a) nulidade do auto de prisão em flagrante do paciente por violação ao domicílio, haja vista que a entrada dos policiais ocorreu sem mandado judicial ou sem autorização; b) desnecessidade da prisão preventiva em função da inexistência dos requisitos, além da alegação de decisão genérica; b) aplicação de medida cautelar diversa de prisão e c) a presença de condições pessoais favoráveis. De logo, cumpre salientar que não devem ser acolhidos os pleitos acima deduzidos. Sublinhe-se a empreitada delitiva: “[...] Consta no incluso auto de prisão em flagrante que, no dia 18 de março de 2024, por volta das 08:30 h, aproximadamente, na Rua ACM, bairro Passagem, na cidade de Itacaré/BA, o denunciado Eduardo Raimundo Santana fazia o cultivo de 40 pés de maconha, sem autorização e em desacordo com a determinação legal, para a preparação de drogas e era associado ao denunciado Henrique Campelo Queiroz, com o fim de praticar o crime previsto no art. 33, caput da Lei de Drogas. Segundo restou apurado, o denunciado Henrique Campelo de Queiroz, guardava consigo 644 g de maconha, uma pedra de 519 g de crack, uma balança de precisão, um rolo de plástico filme, máquina de cartão de crédito e três telefones celulares, além da quantia de 110,00 reais, e era associado ao primeiro denunciado com o fim de praticar o crime previsto no art. 33, caput da Lei de Drogas. Depreende-se que uma guarnição policial se encontrava em policiamento ostensivo, quando recebeu a informação a respeito de um plantio de maconha em uma laje de uma casa abandonada na Rua ACM, no bairro da Passagem, na cidade de Itacaré/BA. Consta que os policiais antes de chegarem no local exato da diligência, acessaram uma área na rua em que era possível visualizar a plantação de maconha, pois a laje em que elas estavam é aberta, dando para vê-las de várias casas da vizinhança. Exsurge do Auto de Prisão em Flagrante que a guarnição policial foi até a casa, encontrando com o primeiro denunciado, Eduardo Raimundo Santana, que admitiu ser responsável pelo plantio de 40 pés de maconha que estavam na laje. Enquanto a guarnição estava no local, o primeiro denunciado recebeu diversas mensagens do segundo denunciado, Henrique Campelo Queiroz, indagando qual o motivo da polícia estar na porta dele. Infere-se que na casa em que estava o primeiro denunciado, também foi encontrado um caderno com anotações do tráfico. Consta que durante a entrevista com o primeiro

denunciado, este admitiu que o segundo denunciado era seu parceiro no tráfico e que parte da maconha que já havia sido colhida se encontrava na residência dele, que era situada na mesma rua, em frente ao local de cultivo ilegal. Narra o APF que os policiais foram até a residência do segundo denunciado, onde encontraram em sua posse, um saco contendo 644 g de maconha, uma pedra de 519 g de crack, uma balança de precisão, um rolo de plástico filme, máquina de cartão de crédito e três telefones celulares, além da quantia de 110,00 reais.[...]" (Id. 441248195 dos autos de primeiro grau) A parte impetrante narra que as substâncias entorpecentes foram apreendidas mediante ingresso da polícia no imóvel do Paciente, sem mandado judicial ou autorização de entrada, o que constitui afronta ao art. 5º, XI, da Constituição Federal. Aduz, em suma, que não havia fundadas razões para o ingresso forçado da polícia no imóvel, devendo ser declarada a nulidade de todas as provas obtidas no interior do imóvel supracitado. Sobreleva registrar que, no tocante à alegação de violação do domicílio, a eventual dúvida deve ser dirimida após ampla dilação probatória, o que é inviável na via estreita do mandamus. Outrossim, na hipótese de ter mesmo ocorrido um ingresso forçado no imóvel, existe a possibilidade de as circunstâncias fáticas indicarem que havia fundadas razões para a entrada dos agentes policiais sem autorização ou mandado judicial, pois havia informações do setor de inteligência da polícia sobre plantio de maconha em uma laje de imóvel, inclusive os policiais antes de chegarem no local exato da diligência, acessaram uma área na rua em que era possível visualizar a plantação de maconha, pois a laje em que elas estavam é aberta, fato que despertou a abordagem dos agentes milicianos. Deste modo, realizada a busca no citado imóvel do Paciente EDUARDO RAIMUNDO SANTANA, e no imóvel do codenunciado, HENRIQUE CAMPELO QUEIROZ, de fato, encontrava-se substâncias ilícitas, a saber: plantio de 40 pés de maconha. Registre-se que constam nos autos de primeiro grau as fotos e videos das substâncias entorpecentes apreendidas pelos policiais, consoante Id. 436228759, 436336009 e seguintes. Isto posto, há uma complexidade de fatos que demandam dilação probatória, não havendo prova pré-constituída que demonstre, inequivocamente, ter ocorrido a alegada invasão domiciliar. Vale trazer à baila decisões que corroboram este entendimento. Vejamos: "[...] EXMO. SR. DES. LUIZ FERREIRA DA SILVA: EMENTA HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – 1. PRELIMINAR DE EXTINÇÃO DO WRIT SUSCITADA PELA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA: INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA – INVIABILIDADE – POSICIONAMENTO DO PRETÓRIO EXCELSO NO SENTIDO DE QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 654, § 1º DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, É DESARRAZOADO O TRIBUNAL NÃO ENFRENTAR A MATÉRIA LEVADA À SUA APRECIÇÃO – REJEIÇÃO – 2. MÉRITO: NULIDADE DA PROVA OBTIDA POR MEIO DE INVASÃO DE DOMICÍLIO – IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO – ALEGAÇÕES NÃO COMPROVADAS DE PLANO – MATÉRIA QUE EXIGE ANÁLISE FÁTICO-PROBATÓRIA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO – 3. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE, ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA. 1. Não há falar-se em extinção do habeas corpus por inadequação da via eleita quando a matéria que lhe deu ensejo visa tutelar, mesmo que indiretamente, a liberdade de locomoção do paciente. 2. A tese de nulidade da prova obtida por meio de invasão de domicílio não comporta discussão no estreito limite do writ, eis que para averiguar a ocorrência de uma possível ilicitude desses elementos de convicção será necessário um exame aprofundado da ação principal, desiderato, esse, que depende de ampla análise dos elementos de convicção, sobretudo com o confronto das versões apresentadas, o que é inviável na via eleita pelo impetrante. 3. Preliminar rejeitada. E, no mérito, pedido

julgado improcedente. Ordem de habeas corpus denegada. (TJ-MT – HC: 10093605620238110000, Relator: LUIZ FERREIRA DA SILVA, Data de Julgamento: 24/05/2023, Terceira Câmara Criminal, Data de Publicação: 26/05/2023) (...) 6. Em habeas corpus, a prova deve ser pré-constituída e incontroversa. O procedimento do habeas corpus não permite a dilação probatória, pois exige prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração ( AgRg no HC n. 289076/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 19/5/2014; AgRg no HC n. 291366/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 29/5/2014; HC n. 269077/PE – 6ª T. – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 2/6/2014). (...) 8. Habeas corpus denegado. (STJ, HC 660.874/SC, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), SEXTA TURMA, julgado em 26/10/2021, DJe 28/10/2021) HABEAS CORPUS. DIREITO PROCESSUAL PENAL. PACIENTE PRESO EM FLAGRANTE PELA SUPOSTA PRÁTICA DO DELITO PREVISTO NO ART. 33 DA LEI Nº 11.343/2006. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. 1.– ALEGADA NULIDADE DE PROVAS OBTIDAS POR MEIO DE INVASÃO DE DOMICÍLIO. NÃO CONHECIMENTO. PACIENTE DETIDO SUPOSTAMENTE TRANSPORTANDO DROGAS EM VEÍCULO, POR ELE CONDUZIDO. APREENSÃO DE MAIS DROGAS NA RESIDÊNCIA DE SUPOSTO COMPARSA. NECESSIDADE DE AMPLA ANÁLISE DA PROVA PRODUZIDA NA AÇÃO PENAL. INADMISSIBILIDADE. VIA ESTREITA PROCESSUAL. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. 2.– (...) HABEAS CORPUS CONHECIDO PARCIALMENTE E ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.” (TJ/BA, HC 8035050-04.2021.8.05.0000, 2ª Turma, 2ª Câmara Criminal, Rel. Des. João Bosco de Oliveira Seixas, Disponibilizado no DJe 25/11/2021). HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO AO NARCOTRÁFICO – PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA – PRETENDIDA LIBERDADE AO PACIENTE – 1. AUSÊNCIA DE NULIDADE NO FLAGRANTE PERPETRADO – TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA QUE EXIGE DILAÇÃO PROBATÓRIA – FUNDADAS SUSPEITAS DA PRÁTICA ILÍCITA – HIPÓTESE DE FLAGRANTE E CRIME PERMANENTE – POSSIBILIDADE DE INVASÃO DOMICILIAR SEM MANDADO JUDICIAL OU AUTORIZAÇÃO DO MORADOR DA CASA – APREENSÃO DE PORÇÕES DE MACONHA – 2. PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR NÃO ANALISADO EM 1º GRAU – VEDADO O EXAME DIRETO NESTA CORTE REVISORA – INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA E OFENSA AO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO – ORDEM DENEGADA. 1. Na existência de fundadas suspeitas de que o paciente estaria envolvido com o narcotráfico, após averiguação de denúncia anônima e constatação de atitude suspeita em frente ao imóvel, admite-se a invasão domiciliar sem mandado judicial ou autorização do morador, de modo a não tornar ilícitas as provas obtidas da referida diligência. Assim, havendo indícios, ainda que mínimos, da possibilidade de o paciente estar envolvido com o narcotráfico e devidamente comprovada a apreensão de narcóticos em sua posse, consoante relatado no boletim de ocorrência e atestado no laudo pericial, não há como ser acolhida na via eleita as teses de nulidade das provas colhidas e negativa de autoria, pois isto exigiria dilação de provas incompatível com o rito procedimental célere e sumário do habeas corpus. 2. Inexistindo prova cabal nos autos de que o pedido de prisão domiciliar tenha sido pugnado e apreciado em 1º grau, inviabiliza-se o exame direto da matéria por este eg. Sodalício, sob pena de indevida supressão de instância e violação ao duplo grau de jurisdição. (N.U 1012476-41.2021.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CRIMINAIS, GILBERTO GIRALDELLI, Terceira Câmara Criminal, julgado em 01.09.2021 e publicado no DJE de 09.09.2021) No mesmo sentido, convém ainda destacar a arguta observação da Douta Procuradoria de Justiça, em parecer, inclusive fundamentos aos quais adiro (Id. 60619321): “[...] Ocorre que, após análise perfunctória, eis que vedado o aprofundamento no exame de provas em sede

de writ, não se constata a apontada violação ao domicílio, tratando-se o crime de tráfico de entorpecentes ilícitos de crime permanente, caracterizando, portanto, situação de flagrância, resta justificado o ingresso, visando cessar o delito, eis que os agentes receberam informações sobre o plantio ilegal de maconha na laje do referido local. De todo modo, saliente-se restar prejudicada a alegação de constrangimento ilegal na custódia precautelar, fundada em suposta nulidade da prisão em flagrante por violação ao domicílio, quando novo título idôneo embasa segregação cautelar do agente, conforme entendimento que vem sendo aplicado pelos Tribunais Superiores. Portanto, neste momento, é diverso o título que impõe a prisão do paciente. Daí porque, o pedido liberatório formulado em seu favor, com amparo na suposta nulidade da prisão em flagrante, encontra-se prejudicado, por haver cessado a razão de fato e de direito que a fundamentou. Sobre o tema, leia-se o seguinte julgado da lavra do Superior Tribunal de Justiça: [...]”. Por tais razões, a preliminar de nulidade por violação de domicílio suscitada pela parte impetrante não deve ser conhecida. No que concerne à alegação de ausência de fundamentação da decisão que decretou a prisão preventiva, bem como a arguição de que a referida é genérica, não devem prosperar. Cumpre destacar que da leitura dos autos e da audiência de custódia (Pje mídias) extrai-se existência de elementos concretos inteiramente aptos a justificar a imposição da segregação provisória ao paciente, EDUARDO RAIMUNDO SANTANA, conforme sustentando, também, pela Douta Procuradoria de Justiça. Vale o registro: “[...] Pois bem, observa-se dos autos que a prisão preventiva imposta ao Paciente está plenamente motivada no caso em tela, com vistas a salvaguardar a ordem pública, diante da gravidade em concreto da conduta apurada, tendo o comando decisório abordado o ponto fulcral da situação posta, qual seja, a necessidade de garantia da ordem pública, ante a gravidade concreta da ação, eis que apreendida considerável quantidade de drogas do tipo maconha, além de apetrechos comumente utilizados na mercância proscrita, aspecto suficiente a reclamar o acautelamento do meio social e justificar a imposição da medida extrema [...]”. (Id. 60619321). Cumpre ainda trazer à baila trechos da decisão combatida, que decretou a prisão preventiva amparada na garantia da ordem pública. Vejamos: “[...] Seguindo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça a quebra da cadeia de custódia não gera nulidade obrigatória da prova, isto foi decidido pela Sexta Turma nos autos do HC 104176, da relatoria do Ministro Rogério Schietti (...) Conforme o Ministério Público pontuou é possível que se veja esta plantação do lado externo da rua (...) Eu vi o acesso da rua por uma casa onde é possível ver uma plantação, que obviamente será melhor analisado, convergindo com o depoimento do próprio custodiado EDUARDO, que seria uma plantação de maconha (...). Em que pese, o Eduardo seriam passagens antigas, ele informou que não sabia que fazer estas plantações daria todo este problema. Pois bem, em que pese esta passagem por tráfico de drogas seja antiga, fato é que o custodiado tem conhecimento que a comercialização, plantio desta substância é ilegal. E estando bem informado correu o risco de realizar esta plantação que caracteriza o crime de tráfico de substância ilícitas. Ele (Eduardo) informou que estava plantando sem qualquer autorização legal, informou que não teria nenhuma doença. Assim, não há nenhuma justificativa legal para a sua conduta. De modo que reputo que nesta parte o flagrante esta bem delimitado, pois trata-se de um crime permanente que autoriza a entrada da polícia militar na residência. O Ministério Público trouxe aqui o exemplo de que havendo indício que alguma pessoa esta sofrendo alguma agressão

dentro de uma residência, se aplicaria também o mesmo raciocínio da entrada policial. Neste ponto, reputo que não há qualquer ilegalidade. Razão pela qual o flagrante deve ser homologado. A situação do HENRIQUE é diferente, me chamou atenção, nesta fase pré processual, o HENRIQUE, espontaneamente, começa a mandar mensagens para o EDUARDO, segundo a narrativa do HENRIQUE para saber o que estava acontecendo (...) os policiais que viram o EDUARDO recebendo estas mensagens. (...) No entanto, como o flagrante em relação a entrada da residência do EDUARDO foi bem delineado e há indícios de autoria e comprovação da materialidade do crime, entendo que em relação a EDUARDO o flagrante foi devidamente realizado e por isso eu entendo pela homologação deste flagrante e do contexto destas situações trazidas tanto pelo HENRIQUE, quanto pelo EDUARDO, me parece que há indícios também da prática de associação criminosa, e, por essa razão, não considerando a entrada na residência do HENRIQUE, a homologação do flagrante pelos fatos ocorridos dentro da residência do EDUARDO e depois pelo contato que teve com HENRIQUE, indica sim tanto indício de autoria e materialidade do crime de tráfico de substâncias ilícitas, tanto da associação criminosa. Homologado o flagrante, passo a analisar a manifestação do Ministério pelo Público pela decretação da prisão preventiva. O fato de EDUARDO estar mantendo esta plantação em sua residência com indícios que levam a crer que esta substâncias estariam sendo comercializadas na Comarca de Itacaré e a participação do HENRIQUE também nesta prática delitiva, faz com que eu entenda que seja necessária a conversão da prisão em flagrante em preventiva. O HENRIQUE em que pese seja réu primário, porque não há sentença condenatória nesses dois processos que pesam contra ele de tráfico de substâncias ilícitas; há sérios indícios da reiteração da prática delitiva, sendo que eu considero que estas questões de reiteração delitiva precisam ser tratadas de uma forma diferente daqueles que nunca passaram pelo sistema de justiça ou que cumpre todas as medidas cautelares diversas à prisão. Então, nesse sentido, tanto para garantir a ordem pública, para evitar que tanto EDUARDO, quanto HENRIQUE continuem praticando estas condutas, e, no caso do HENRIQUE, reiterando delitivamente essa questão do exercício do tráfico de drogas e da associação, converto a prisão em flagrante em prisão preventiva[...].” (pje mídia) Da leitura da decisão acima, bem como dos autos depreende-se que há fortes indícios de que o Paciente, no dia no dia 18 de março de 2024, por volta das 08:30 h, aproximadamente, na Rua ACM, bairro Passagem, na cidade de Itacaré/BA, o denunciado, EDUARDO RAIMUNDO SANTANA, fazia o cultivo de 40 pés de maconha, sem autorização e em desacordo com a determinação legal, para a preparação de drogas e era associado ao denunciado Henrique Campelo Queiroz, com o fim de praticar o crime previsto no art. 33, caput da Lei de Drogas. Ademais, restou apurado, o denunciado Henrique Campelo de Queiroz, guardava consigo 644 g de maconha, uma pedra de 519 g de crack, uma balança de precisão, um rolo de plástico filme, máquina de cartão de crédito e três telefones celulares, além da quantia de 110,00 reais, e era associado ao primeiro denunciado com o fim de praticar o crime previsto no art. 33, caput da Lei de Drogas. No caso em testilha, verificam-se diversas fotografias, bem como videos realizados pelo pelos agentes policiais demonstrando o plantio de maconha apreendido, bem como as demais substâncias entorpecentes encontradas em poder do paciente, EDUARDO RAIMUNDO SANTANA e do codenunciado HENRIQUE CAMPELO QUEIROZ, além dos depoimentos testemunhais que demonstram a materialidade e indícios de autoria, que apontam que o paciente EDUARDO RAIMUNDO SANTANA como um dos

autores do fato delitivo. Portanto, presente o requisito do *fumus commissi delicti* (fumaça da prática de um delito). Ademais, o requisito do *periculum libertatis* (perigo para a liberdade) resta evidenciado diante da gravidade concreta do crime, tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico de drogas. Portanto, a arguição de decisão genérica ou carente de fundamentação deve ser rechaçada. Quanto à arguição de desnecessidade da prisão preventiva em função da inexistência dos requisitos, da mesma maneira, não deve ser acolhida. Consabido, a prisão *ante tempus*, entre as quais a preventiva é uma das espécies, deve ser considerada exceção, posto que tal édito construtivo só se justifica quando demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, *ex vi*, dos arts. 312 e 313, inciso III, ambos do CPP. Por ser uma medida excepcional, é prescindível a prova cabal da autoria delitiva, sendo suficientes, apenas, os indícios e a probabilidade razoável desta (*fumus commissi delicti*), aliados à existência de, ao menos uma, das situações de risco elencada na legislação processual penal (*periculum libertatis*). Do teor da decisão supracitada, embora sucinta, verifica-se que a Autoridade impetrada, decretou a prisão preventiva em desfavor do Paciente, EDUARDO RAIMUNDO SANTANA, atenta à presença dos seus pressupostos – indícios de autoria e materialidade delitiva –, e a dos seus requisitos autorizadores, constantes nos arts. 312 e 313, III, deste mesmo Código – a garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta do crime supostamente cometido pelo paciente –, sendo apontados, neste ato judicial, os elementos concretos que demonstram a necessidade da adoção da referida medida, nos termos do art. 93, inciso IX, da Constituição da República. Cumpre registrar, portanto, que inexiste qualquer ilegalidade na decisão que decretou a prisão preventiva do Paciente, EDUARDO RAIMUNDO SANTANA, haja vista o *modus operandi* (modo de operação) da conduta praticada, além da evidente gravidade concreta dos crimes perpetrados (tráfico de entorpecentes e associação para tráfico de drogas), além de constar nos autos declarações de testemunhas que apontam que o paciente, EDUARDO, e o codenunciado, HENRIQUE, teriam praticado o crime de tráfico de entorpecentes e a associação para o tráfico de drogas, revelando, desta forma, a acentuada periculosidade dos agentes e a necessidade da custódia cautelar, sobretudo para acautelar a ordem pública, conforme bem delineado na decisão. Deste modo, ao contrário do alegado pela parte Impetrante na exordial, não há o que censurar a decisão vergastada, ao revés; esta se agasalha em motivação idônea para sustentar a medida, expondo as razões concretas e plausíveis que justificaram a sobredita custódia. Na casuística em tela, resta aflorado que as nuances constantes do caso em apreço contribuem para a formação de um juízo de convicção apto a recomendar a prisão cautelar, sobretudo diante da assertiva quanto a materialidade e os indícios de autoria, aliados à gravidade concreta do crime supostamente perpetrado, como exposto alhures. Isso posto, evidenciada, até então, a real necessidade da privação de seu *jus libertatis* (direito da liberdade), tendo em vista o preenchimento dos requisitos dos arts. 312 e 313 do CPP, falece ao Paciente, EDUARDO, motivos para ver revogada a manutenção da prisão preventiva. A corroborar o entendimento acima esposado, confira-se o aresto do STJ: AGRÁVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES

ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. EXTENÇÃO DE BENEFÍCIO CONCEDIDO À CORRÉ. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO DESPROVIDO. 1. Presentes elementos concretos para justificar a manutenção da prisão preventiva, para garantia da ordem pública. As instâncias ordinárias afirmaram que, em liberdade, o agravante representava risco concreto à ordem pública em razão de sua periculosidade e da gravidade concreta da conduta, evidenciadas pela quantidade do entorpecente localizado – 1.734,93g de maconha –, circunstância que, somada aos indícios do envolvimento do acusado na contratação de mulheres para realizarem o transporte da droga até o município em que seria comercializada, demonstra maior envolvimento com o narcotráfico e risco ao meio social. 2. É entendimento do Superior Tribunal de Justiça que as condições favoráveis do paciente, por si sós, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente fundamentada. 3. Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública. 4. A alegação de que o agravante encontra-se em idêntica situação fático-processual da corré beneficiada com liberdade não foi debatida no acórdão prolatado na origem, sendo que este Tribunal Superior encontra-se impedido de pronunciar-se a respeito, sob pena de se incorrer em indevida supressão de instância. 5. Agravo regimental desprovido. (STJ – AgRg no HC: 904333 SP 2024/0121277-3, Relator: Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Data de Julgamento: 01/07/2024, T5 – QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/07/2024) Outrossim, saliente-se que o decreto prisional em análise não implica violação ao princípio da presunção de inocência, porque, além de se encontrar devidamente fundamentado, a constrição corporal tem natureza cautelar, não configurando antecipação da pena. Assim, diante de todo o explanado, é inquestionável que não estamos aqui nos referindo à gravidade do delito como mera abstração, ou, ainda, em decisão aplicada sem qualquer critério idôneo, mas à sua necessária concretização, diante de hipóteses excepcionais, tornando-se acertada a restrição ao direito de locomoção do Paciente. Mais a mais, insta salientar que a garantia da ordem pública, por ser conceito aberto, vem sendo entendida, majoritariamente pela doutrina, conforme se depreende dos ensinamentos do professor Renato Brasileiro, como: "...risco considerável de reiterações de ações delituosas por parte do acusado, caso permaneça em liberdade, seja porque se trata de pessoa propensa à prática delituosa, seja porque, se solto, teria os mesmos estímulos relacionados com o delito cometido, inclusive pela possibilidade de voltar ao convívio com os parceiros do crime." (Manual de Processo Penal – Volume I – 1ª Edição – Editora Impetus). Ademais, é inteligível que a segregação provisória destina-se também a evitar possível reiteração delitiva, quando, logicamente, presentes o periculum libertatis (risco de liberdade) e o fumus comissi delicti (fumaça do cometimento do delito). Por outro lado, é inteligível predicativos subjetivos favoráveis do Paciente, bem como o fato de possuir residência fixa e emprego lícito, não são impedientes, por si sós, à decretação, ou manutenção da medida cautelar pessoal, quando demonstrada a imprescindibilidade da medida, como o foi, no caso. Por essa razão, colaciona-se o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça: AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA, NO CASO. AGRAVO DESPROVIDO. 1. No caso, a decretação da prisão preventiva do Agravante não se mostra desarrazoada ou ilegal, pois o Juízo singular ressaltou a gravidade concreta da conduta, evidenciada



pela quantidade, variedade e natureza de parte das drogas apreendidas, bem como em razão de o agente ostentar outra persecução penal em seu desfavor também por tráfico de drogas, tudo a justificar a segregação cautelar como garantia da ordem pública, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior. 2. Condições pessoais favoráveis do agente, como primariedade, residência fixa e bons antecedentes, não representam óbices, por si sós, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautelar máxima. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ – AgRg no HC: 816469 SP 2023/0125363–9, Relator: LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 12/06/2023, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/06/2023) Assim, a fim de resguardar a ordem pública, deve-se manter a decisão hostilizada, não se revelando suficiente a reprimir a conduta em julgamento, a mera aplicação das demais medidas cautelares catalogadas na Lei 12.403/2011. Nesse sentido: “[...] PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA IN CASU. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. 1. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o periculum libertatis. 2. No caso, o decreto de prisão preventiva teve como lastro para a segregação cautelar do agente a grande quantidade e variedade de drogas apreendidas – a saber, cocaína, com peso bruto de 5,476kg (cinco quilos e quatrocentos e setenta e seis gramas); e 21g (vinte e um gramas) de MDA (Tenanfetamina), na forma de comprimidos (e-STJ fl. 32) –, o que esta Corte tem admitido como fundamentação idônea para a decretação e manutenção da prisão preventiva em razão da gravidade concreta da conduta. 3. Condições subjetivas favoráveis do réu, por si sós, não impedem a prisão cautelar, caso se verifiquem presentes os requisitos legais para a decretação da segregação provisória. Precedentes. 4. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade efetiva do delito, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública. 5. A aferição do excesso de prazo reclama a observância da garantia da duração razoável do processo, prevista no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal. Tal verificação, contudo, não se realiza de forma puramente matemática. Demanda, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal. 6. No caso em exame, o acusado está custodiado desde 23/9/2023. Entretanto, o processo vem tendo regular andamento na origem, com a oitiva das testemunhas e interrogatório dos acusados, sinalizando, assim, o encerramento da instrução. Ademais, o pequeno atraso para o seu término se deve à concordância das partes, durante a audiência de instrução, em aguardar a vinda aos autos dos laudos solicitados no momento do recebimento da denúncia, o que afasta, por ora, a ocorrência de excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal. Precedentes. 7. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ – AgRg no HC: 909839 SP 2024/0152720–3, Relator: Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Data de Julgamento: 24/06/2024, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/06/2024). Deste modo, em face do quanto relatado, pode-se concluir sobre a existência, no caso em liça, do requisito consubstanciado na manutenção da ordem pública, sendo aconselhável a manutenção do decreto de

prisão preventiva com o objetivo de preservar a segurança e a paz social acautelando, preenchedo, portanto, os requisitos necessários previstos no art. 312 e 313 do Código de Processo Penal. As medidas cautelares diversas da prisão não se adequam à gravidade do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do acusado, o que justifica a custódia preventiva, pela garantia da ordem pública. Demais disso, o édito construtivo de liberdade fora concretamente fundamentado, expondo os motivos pelos quais o encarceramento do Réu se faz necessário, porquanto este só pode ser determinado quando não for cabível a sua substituição por outras medidas cautelares, ex vi do art. 282, § 6º, do CPP. Com efeito, tem-se como legítima a privação da liberdade do Paciente, EDUARDO RAIMUNDO SANTANA, respaldada em decisão judicial consentânea com a prova coligida nos autos originários. Por fim, a parte impetrante também alegou que a prisão do paciente não deveria ser mantida com base no princípio da homogeneidade, uma vez que em caso de condenação, a pena a ser imposta a ele seria menos rigorosa que a prisão em regime fechado. Sem razão. Ora, tal análise dependerá do estudo das diretrizes traçadas pelos art. 59 do CP, da incidência de agravantes, atenuantes, causas gerais e especiais de aumento e de diminuição de pena. Convém ressaltar que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), por diversas vezes, reiterou o entendimento de que não cabe ao Tribunal, na via estreita do Habeas Corpus, antecipar o resultado do provimento final ou de eventual benefício ou causa de diminuição de pena a justificar a soltura, ou tornar a manutenção da prisão desproporcional, sendo essas questões temas de mérito e que têm pertinência de análise e valoração somente na ação de conhecimento. Nesse sentido, colaciona-se o seguinte julgado: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. QUANTIDADE DE DROGAS. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. DESPROPORÇÃO EM RELAÇÃO À POSSÍVEL PENA A SER APLICADA. PROGNÓSTICO INVIÁVEL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Para a decretação da prisão preventiva, é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, ainda, que a decisão esteja pautada em lastro probatório que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.(...) 3. Condições subjetivas favoráveis ao agravante não são impeditivas à decretação da prisão cautelar, caso estejam presentes os requisitos autorizadores da referida segregação. Precedentes. 4. A alegação de desproporcionalidade da prisão em relação à futura pena a ser aplicada ao agravante, trata-se de prognóstico que somente será confirmado após a conclusão do julgamento da ação penal, não sendo possível inferir, nesse momento processual e na estreita via ora adotada, o eventual regime prisional a ser fixado em caso de condenação (e consequente violação do princípio da homogeneidade). A confirmação (ou não) da tipicidade da conduta do agente e da sua culpabilidade depende de ampla dilação probatória, com observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, o que não se coaduna com a finalidade da presente ação constitucional. 5. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão; o contexto fático indica que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública. Precedentes. 6. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ AgRg no RHC n. 162.459/MG, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma,

julgado em 5/4/2022, DJe de 8/4/2022.) Deste modo, importa consignar que o estágio processual atual não permite apontar qual o regime prisional será aplicado no comando sentencial, sendo incabível a alegação de violação à homogeneidade ou proporcionalidade no presente caso. Ante o exposto, voto pelo conhecimento parcial e, nesta extensão, pela DENEGAÇÃO DA ORDEM DE HABEAS CORPUS reivindicada. É como voto. Salvador, data registrada no sistema. Des. JEFFERSON ALVES DE ASSIS Relator